

*Faculdade Ari de Sá*

**COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA,  
MONITORIA E EXTENSÃO – CIME**

# **Eventos Científicos**

*Coordenação do Curso de Direito*

# **Semana do Direito**

## **2018**



**BRASIL: ENTRE A DEMOCRACIA E A CORRUPÇÃO**

FREITAS, Adrielly Cândido Farias de  
Faculdade Ari de Sá – FAS

MARTINS, Vitoria Karoline Pereira  
Faculdade Ari de Sá – FAS

**RESUMO**

Este resumo expandido aborda as raízes históricas da democracia no Brasil e a correlação entre corrupção e democracia, mostrando como estão presentes na república brasileira. Ressaltando a importância no combate a corrupção e a forma como ela interfere na vida do povo brasileiro, assim como aborda a percepção do brasileiro com relação a democracia e seus efeitos e como a corrupção tem feito parte da “cultura” do Brasil.

**Palavras-chave:** Democracia, Corrupção, povo e soberania.

**LA CASA DE PAPEL - BELLA CIAO: O SÍMBOLO DA RESISTÊNCIA ITALIANA CONTRA O FASCISMO CORRELACIONADA À SUA PARACONSISTÊNCIA ATUANTE NO SÉCULO XXI**

SANTOS, Alan Raulino dos  
UniFanor Wyden  
TALEIRES, Janaina Sena  
UniFanor Wyden

**RESUMO**

O presente trabalho intenciona analisar através de uma visão social, histórica e normativa os aspectos jurídicos e sociais do comportamento humano, correlacionado à historicidade do movimento de resistência que aconteceu no século XX contra os regimes totalitários identificando a existência de tal movimento nos dias atuais no Brasil. O movimento denominado “A resistência”, tinha por finalidade combater as políticas do regime fascistas existentes no século XX, naquele dado momento, o regime totalitário ganhava força política na Itália e tinha como objetivo a veneração ao Estado Soberano e a devoção a um líder representativo. Os referenciais teóricos que embasaram este resumo foram: (ARAUJO NETO, 2009), (BITTENCOURT, 2007), (MORILLAS CUEVA, 2006), (OLMEDO CARDENETE, 2007). Os resultados parciais do estudo apontam que o modelo atual de controle social é questionável, como resta comprovado nos dados supramencionados e que precisam de melhorias ponderadas e urgentes para que tal fato não afete mais ainda o fator da convivência em sociedade e possíveis conflitos de ideologia à nível nacional. Portanto, diante dos fatos supramencionados, comprova-se que os índices de violência podem ser incitados pelo simples fato de expressar uma opinião política contrária, mesmo em pleno século XXI, e estando visivelmente presente a problemática da precariedade de mecanismos que possam solucionar este determinado problema atual de ordem social e normativa.

**Palavras-chave:** Ideologia Política; Resistência; Violência.

**INCONSTITUCIONALIDADE E INSEGURANÇA JURÍDICA: IDAS E VINDAS NO  
ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DA PRISÃO EM SEGUNDA  
INSTÂNCIA**

CAVALCANTE, Aline Silva  
Faculdade Ari de Sá  
MELO, Larissa Mendes de  
Faculdade Ari de Sá  
*line2294@gmail.com*

**RESUMO**

A pesquisa aborda a polêmica variação no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da prisão em segunda instância. A Suprema Corte é guardiã da Constituição, porém, apesar de a norma suprema trazer expressamente o princípio da presunção de inocência, onde ninguém pode ser considerado culpado até que o processo se encerre definitivamente, este não tem sido o entendimento do STF, causando insegurança jurídica e trazendo uma concepção diversa que pode ser entendida como inconstitucional. Portanto, o tema traz à tona o choque entre dois princípios basilares do Estado Democrático de Direito, o da Segurança Jurídica e da Supremacia Constitucional.

**Palavras-chave:** Prisão em Segunda Instância; Constituição; Inconstitucionalidade; Insegurança Jurídica.

**INTERVENÇÃO FEDERAL: O OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE A INFRAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

ALEXANDRE, Amanda Santos  
Faculdade Ari de Sá

**RESUMO**

Atualmente o Brasil está passando por uma transição no que diz respeito à aplicação de um dispositivo constitucional, que se encontra no art. 34 e SS. Da Constituição Federal, qual seja: a possibilidade de Intervenção Federal. Note-se que tal instituto concretizou-se a partir do Decreto Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, em que o Poder Executivo decretou Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Efetivamente, o desígnio deste trabalho é explanar sobre possíveis infrações de Direitos Humanos, como enfoque específico dos moradores da comunidade da Rocinha. Ainda, questiona-se a decisão do Poder Executivo no uso da força militar.

**Palavras-chave:** Intervenção; Exército; Comunidade; Abuso; Autoridade.

## **INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

FREITAS, Anadjena Gomes  
Faculdade Ari de Sá  
PAIXÃO, Evans Botto  
Faculdade Ari de Sá

### **RESUMO**

O escopo do trabalho é uma abordagem sobre a importância da interpretação constitucional com reflexões sobre o papel exercido pelo Supremo Tribunal Federal. O enfoque é analisar o impacto da hermenêutica jurídica na atual Constituição Federal promulgada em 1988, contextualizando de uma forma sucinta o atual cenário político brasileiro. A metodologia que iremos utilizar será a teórica. Os resultados pretendidos serão a análise da interpretação constitucional e seus efeitos inseridos em uma crise institucional brasileira. Conclui-se que é imprescindível a aplicabilidade da hermenêutica jurídica para fins de direitos e deveres contidos na Constituição Brasileira vigente.

**Palavras-chave:** Constituição Federal Brasileira; Hermenêutica Jurídica; Supremo Tribunal Federal.

**A DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA: LIMITES E DESAFIOS**

BUSTAMANTE, Clayton Semir L.  
Faculdade Ari de Sá

**RESUMO**

Os últimos 30 anos no Brasil são marcados pelo período democrático mais longo de sua história republicana. Neste intervalo, a Democracia veio sofrendo diversos ataques, levantando questionamentos sobre sua efetividade, os quais despertam profundas reflexões sobre esse contexto. O presente trabalho tem como finalidade primária expor os principais institutos democráticos para fomentar o debate sobre suas aplicabilidades. De forma secundária, pretende-se tratar do relacionamento entre a representatividade política e a Democracia, bem como desta com as funções Estatais. Para tanto, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica e normativa. Em sequência, observou-se a existência de limites inerentes ao exercício da Democracia, os quais podem gerar não só crise de representatividade, como também desequilíbrios entres os poderes do Estado, caso não sejam bem trabalhados pelos arranjos institucionais. Verificou-se, contudo, que o regime democrático no Brasil, mesmo apresentando problemas, ainda segue bem avaliado no mundo. Entretanto, torna-se imprescindível uma maior atuação política dos cidadãos, no sentido de reconstruir a realidade democrática, fortalecendo seus institutos dentro dos limites de sua essência, preservando, desta forma, a soberania popular.

**Palavras-chave:** Brasil; Democracia; Restrições; Desafios.

## **DELAÇÃO PREMIADA NO ÂMBITO DA LAVA JATO: VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS**

BRITO, Danilo

### **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo analisar as delações premiadas no âmbito da Lava Jato e suas inflexões na violação do disposto devido processo legal tais como direito ao silêncio ampla defesa e contraditório na Constituição Federal de 1988. Foi um estudo bibliográfico baseado em nove publicações realizadas no período de 2009 a 2018. Constata-se que os acordos realizados na operação Lava Jato, desencadeados pela Polícia Federal, tem a participação de diretores executivos da Petrobras e os diversos políticos nos desvio de recursos públicos, constatando irregularidade nos seus processos, Portanto vem a contribuir para futuras produções de novos conhecimentos científicos, principalmente na área do Direito, haja vista uma melhor reflexão e desempenho dessa área, a qual interessa não só aos profissionais envolvidos diretamente nessa temática, mas também à sociedade de modo geral, refletindo assim as questões que envolvem os referidos processos a partir de uma perspectiva histórico-crítica.

**Palavras-chave:** Delação Premiada; Lava Jato; Violações dos Princípios Constitucionais.

**ANÁLISE SOBRE A UNIÃO HOMOAFETIVA A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO  
CONSTITUCIONAL NA ADPF 132**

FALCÃO, Francisco José

**RESUMO**

Este trabalho visa discutir a análise interpretativa da união estável homoafetiva a partir da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, mediante análises doutrinárias e jurisprudenciais que ensejaram a importância do tema para a sociedade e posteriormente em um julgado pela Suprema Corte. Por fim, discorreremos sobre a mutabilidade do conceito de família na atual ordem jurídica.

**Palavras-chave:** Ativismo judicial; União homoafetiva; Interpretação extensiva; Família.

**SEGURIDADE SOCIAL: A PREVIDÊNCIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL**

LIMA, Ianka Veloso de Castro

**RESUMO**

Tem-se como tema apresentar o modo como se desenvolveu a Previdência Social, sendo esta retratada na Constituição como direito social e conseqüentemente direito passou a ser direito fundamental, abordada em diversos artigos científicos. Conclui-se que a Previdência, embora passasse por inúmeras dificuldades, foi reformada para que melhor visasse a proteção dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Previdência Social; características da previdência; definições acerca do tema.

**O IMPACTO INSTITUCIONAL DA LEI 13.467/17**

MENDONÇA, Ismael  
Faculdade Ari de Sá  
PEDRO JOSÉ  
Faculdade Ari de Sá

**RESUMO**

Por meio deste estudo busca-se abordar uma realidade bastante atual no cenário nacional a respeito das mudanças sociais que a reforma trabalhista trouxe. Dentre elas o conflito de interesses dos sindicatos das mais diversas classes trabalhistas a respeito da não compulsoriedade da contribuição sindical, que alegam ser a sua única fonte de sustento, levando a um conflito acalorado de interpretações que já contabilizam mais de 8 Ações diretas de inconstitucionalidade no STF.

**Palavras-chave:** Contribuição Sindical; Constituição Federal; Código Tributário Nacional

**O ATIVISMO JUDICIAL NA ATUAL CRISE INSTITUCIONAL EXISTENTE NO BRASIL**

ABREU, Ítalo Castro de  
Faculdade Ari de Sá  
SILVA, Isabelle Anfriso Sousa e  
Faculdade Ari de Sá

**RESUMO**

Devido ao crescente protagonismo do Poder Judiciário na vida institucional brasileira, tornou-se importante avaliar as suas decisões, bem como os impactos causados no âmbito social e político-administrativo. Esse destaque advém, principalmente, dos fenômenos da judicialização e do ativismo judicial, sendo este visto de modo negativo pela maioria dos doutrinadores. Todavia, com a ampliação do debate e o encontro de limites para a atuação do judiciário é possível visualizar a face positiva de tal ativismo.

**Palavras-chave:** crise institucional; análise das decisões do Judiciário; ativismo judicial; limites de atuação do judiciário.

**CONFLAGRAÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL E AS  
DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO**

SANTOS, Jeritsa Ribeiro dos

**RESUMO**

Essa pesquisa tem como objetivo discutir e analisar as decisões do Poder Judiciário sob a ótica do controle de constitucionalidade, abordando a importância do Princípio da Supremacia quanto a divisão de competências dispostos no art. 2º Constituição, utilizando referenciais teóricos bibliográficos disponíveis em mídias digitais.

**Palavras-chave:** poder judiciário; controle de constitucionalidade; conflitos; supremacia.

## MEDIDAS PROVISÓRIAS E O ABUSO DE PODER

OLIVEIRA, Manuelle Rebouças de  
FARIAS, Joanna de Ângelis Bezerra de Menezes

### RESUMO

O Estado Federativo Brasileiro, em sua atual Constituição de 1988, defende a existência de Medidas Provisórias em seu art. 62 e 84, na qual é realizada através do Presidente da República. Ao longo da história brasileira, percebe-se a existência de abusos em relação a esse domínio, exercendo inclusive uma falta de respeito constitucional e com a própria divisão dos poderes do país. O artigo procura explicar como as medidas provisórias são utilizadas em forma de abuso de poder e com caráter teórico. Defende-se aqui que, os atos das MP's, em sua grande maioria, não são de caráter urgente ou relevante.

**Palavras-chave:** medidas provisórias; abuso de poder; presidente da república; poder executivo.

**AS FACES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E AS OMISSÕES LEGISLATIVAS**

RODRIGUES, Marinara Freitas

FORTUNA, Mariana Farias

Faculdade Ari de Sá

**RESUMO**

Os Direitos Fundamentais, inspirados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, estão previstos na atual Carta Magna que rege o país, não obstante, com muita frequência esses direitos são desrespeitados e omitidos, não apenas pelos cidadãos mas também e principalmente pelo Poder Legislativo do país. Por conta destas omissões, os indivíduos encontram-se prejudicados e injustiçados mormente, as classes sociais mais desprotegidas. Diante disto, o presente trabalho expõe o que são os Direitos Fundamentais, o seu histórico evolutivo, como estes estão presentes na Constituição Federal, como são omitidos aos brasileiros e porque são de legítima importância para a efetivação da democracia no país.

**Palavras-chave:** Direitos Fundamentais; Omissão Legislativa; Constituição Federal; Democracia; Evolução.

**EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL AINDA SEGUNDA INSTÂNCIA: UMA ANÁLISE DO  
PROCESSO DE HABEAS CORPUS**

LIMA, Matheus Viana

**RESUMO**

Este resumo tem como finalidade, analisar e debater sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal no processo de habeas corpus de número 126.292, nos pontos jurídicos e um pouco na questão social referente a esta decisão, pois esta decisão impactou socialmente, pois a certos autores criticaram esta decisão, pois para eles, esta decisão feriu dois princípios constitucionais, do princípio da presunção de inocência e também do princípio do processo legal, a quais estes princípios, são garantias de proteção ao direito do cidadão brasileiro seja ele nato ou naturalizado, em que estes princípios tem como objetivo evitar a arbitrariedade do Estado, mesmo sendo do próprio Poder Judiciário.

**UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA APROVAÇÃO PEC 241 NO SETOR DE SAÚDE, E O FERIMENTO DO DIREITO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO À SAÚDE**

FERREIRA, Nathalia Jéssica

**RESUMO**

Esse trabalho é o resultado de uma consolidação de ideias como reflexão sobre a aprovação da PEC 241, que limita por 20 anos o aumento dos gastos públicos à variação da inflação provada em segundo turno no Plenário do Senado na data de 13/04/2018, por 53 a favor e 16 contrários. Assim, o escopo deste resumo volta-se aos efeitos da aprovação da dita PEC na saúde pública, onde baixará o investimento no setor de 4,66% para 2,93% em tempo que a inflação do setor de saúde varia entre 13% à 14%, com isso, considerando o envelhecimento da população, o avanço da tecnologia, a inflação real do setor e os aumentos salariais no período de 20 anos, pode-se concluir que o acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde ficará cada vez mais penoso ao povo, ferindo o direito universal humano de acesso à saúde, previsto no Art. 196 da Constituição Federal de 1988. Por outro lado, a saúde privada, prevista na CF como fonte complementar à saúde pública, absorve cada vez mais a demanda do SUS e o órgão legislador ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, inclui cada vez mais procedimentos no rol obrigatório dos planos de saúde, fato que ocasiona o aumento das tabelas de preços aos usuários finais, o povo.

**Palavras-chave:** Saúde pública; Saúde suplementar; Acesso universal à saúde.

**INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL: SEUS LIMITES E DESAFIOS**

ARRAIS, Pedro de Castro  
Faculdade Ari De Sá

**RESUMO**

O presente resumo tem como base analisar a Interpretação Constitucional enquanto criação cultural, e o seu papel dialético com o interprete da norma. Problematizar como a Hermenêutica Constitucional, ainda em fase de aperfeiçoamento, sob o signo do "Neoconstitucionalismo", poderia ser usada com mais responsabilidade, objetivando buscar meios mais confiáveis e eficazes de conter os impulsos do intérprete de norma constitucional, em razão da segurança jurídica.

**Palavras-chave:** Hermenêutica; Constituição; Evolução; Interpretação.

**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE**

ALVES, Rafael de Melo Cavalcante

**RESUMO**

Farei uma ponderação inicial, lembrando que o Direito Constitucional costuma ser alocado dentro do direito público, destacando-se por seu objeto e princípios fundamentais orientadores de sua aplicação. Abordar de forma sucinta como funciona o Controle de constitucionalidade e de sua aplicabilidade no âmbito do Direito Constitucional, apesar também de colocarmos o direito constitucional dentro do ramo do direito público, alertando que modernamente vem sendo dito que o direito é uno e indivisível.

**Palavras-chave:** Direito Constitucional; Constitucionalidade; Direito Público.

**OS LIMITES DO HATE SPEECH NA IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL**

CLAUDIO, Rebeca Barros  
Faculdade Ari de Sá

**RESUMO**

A Constituição Federal determina regras fundadoras das imunidades parlamentares, para que eles possam atuar com ampla independência e liberdade na execução de suas funções. No entanto, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, as imunidades atribuídas aos parlamentares não são de caráter absoluto, principalmente se através dessas prerrogativas, como a imunidade material, utilizarem-se do *Hate Speech* para violar os direitos fundamentais exaltados na Constituição de 1988. O Supremo Tribunal Federal tem entendido que a imunidade material é absoluta se as palavras ditas pelos parlamentares sejam proferidas dentro da casa legislativa. Com isso, é fundamental a análise de casos recentes de parlamentares, como o Deputado Jair Bolsonaro.

**Palavras-chave:** Imunidade Parlamentar material; *Hate Speech*; Limites.

**ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO BRASIL: ENTRE PROMESSAS E REALIDADE**

RIBEIRO, Renata Magalhães  
Faculdade Ari de Sá  
NASCIMENTO, Karoline Souza Silva do

**RESUMO**

Este estudo realiza uma análise da ADPF nº 347, tema de recente comparência no Direito Constitucional Brasileiro, adotada pelo STF, o qual estabeleceu um Estado de Coisas Inconstitucional perante o sistema carcerário brasileiro. Visa abordar, de forma sucinta, a omissão estatal e o ativismo judiciário frente a problemática carcerária deste país. Tenciona, por fim, a crítica de que, mesmo diante da adoção do ECI, persiste a superlotação nas cadeias, a insegurança dentro e fora destas, a omissão do Estado face a segurança pública, bem como o aumento da violência pela formação de facções.

**Palavras-chave:** Estado de Coisas Inconstitucional; STF; ADPF nº 347.

**A PRESENÇA DA FIGURA DO JUIZ HÉRCULES NO BRASIL HODIERNO: UMA ANÁLISE DA INCLINAÇÃO “MAXIMALISTA” NA FUNDAMENTAÇÃO DO STF**

ROCHA, Ruama Assunção

**RESUMO**

Acerca do ativismo judicial presente na era pós-positivista moderna, muitas considerações são articuladas. No Brasil, perceptivelmente, tais considerações alcançam particularidades inerentes ao Poder Judiciário brasileiro, com ênfase no Supremo Tribunal Federal, como Corte Máxima do país. Desse modo, questiona-se se a Corte Suprema brasileira personifica o modelo de juiz Hércules proposto por Ronald Dworkin no sec. XX, pois se verifica (quanto à vasta hermenêutica jurídica), uma incontestável “maximalização” na fundamentação jurisprudencial do STF.

**Palavras-chave:** Pós-positivismo moderno; Ativismo judicial; Juiz Hércules; Inclinação “maximalista”; STF.

**OS PRINCÍPIOS ENVOLVIDOS NA APLICAÇÃO DAS MODERNAS TÉCNICAS DE  
INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL CONCERNENTES AO CONTROLE DE  
CONSTITUCIONALIDADE**

SOUSA, Stephanie Cristina

**RESUMO**

Este trabalho procura analisar duas das modernas técnicas de interpretação e os princípios envolvidos em suas aplicações. Analisar-se-á, para tanto, posicionamentos acerca do tema, com o intuito de, por fim, chegar à conclusão de qual é a extensão da aplicação de determinados princípios nas referidas técnicas. Por meio deste resumo, busca-se transferir informações a respeito de um assunto relevante que tanto possui relação com a sociedade.

**Palavras-chave:** Técnicas de interpretação. Constitucionalidade. Princípios.

**DEMOCRACIA E AS RELAÇÕES SOCIAIS**

SOUSA, Thamiris

**RESUMO**

Este resumo expandido aborda a história da democracia no Brasil, relacionando esse tema com os direitos fundamentais brasileiros, assim retomamos os assuntos sobre a história dos direitos fundamentais e as relações sociais nos tempos primitivos, contudo o ocorrido dando início a uma nova sistematização racional. O princípio da dignidade da pessoa humana está ligado aos direitos fundamentais pois se correlacionam de maneira que seus valores civilizatórios estão ligados aos patrimônios da humanidade.

**Palavras-chave:** Democracia, Direitos fundamentais, Relações sociais, Dignidade da pessoa humana.

**CLONAGEM REPRODUTIVA – A AMEAÇA À DIGNIDADE HUMANA**

LUZ, Tiago

**RESUMO**

Os Direitos Fundamentais estão diretamente relacionados com os Direitos Humanos e ambos visam a proteção do ser humano e da sua dignidade. Contudo, com o avanço da Ciência, surgem, portanto, novas técnicas relacionadas à vida ou, no caso desse estudo, novas vidas em potencial. A clonagem é um exemplo claro disto, que, além de possuir uma ligação com a vida e o direito à esta, possui, também, uma relação direta com a dignidade humana, embora haja bastantes indagações quanto a isso, como por exemplo, a forma que o clone será visto e se enxergará perante a sociedade, bem como se ele terá os mesmos direitos e deveres que os seres humanos relativamente normais, uma vez que, por se tratar de uma cópia e correr o risco de ser considerado apenas um conglomerado de células, pode estar imune à intervenções e pesquisas. Por esse motivo, por sentir a necessidade de discutir essa temática, por meio deste estudo feito a partir de pesquisas em fontes digitais e impressas, alguns conceitos, como clonagem, direitos fundamentais e dignidade humana se tornarão mais claros, assim como o entendimento do ordenamento jurídico que é contra à clonagem humana e a justificativa deste.

**Palavras-chave:** clonagem reprodutiva; dignidade humana; direitos fundamentais; Biodireito.

## **O DESAFIO DA REINVENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DESDE A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

CARVALHO, Vitória Linhares Batista de  
Faculdade Ari de Sá

### **RESUMO**

Quando promulgada em 1988, a Constituição Federal trouxe consigo expectativas institucionais totalmente contrárias as experiências autoritárias vivenciadas no Regime Ditatorial, criando um “dever ser” para os órgãos de segurança pública, dentre eles, a polícia militar, o qual será explorado de maneira bibliográfica e empírica neste resumo expandido, por meio de artigos, textos normativos, matérias jornalísticas e comparações com a realidade que hoje se vivencia. A natureza deste artigo se configura, portanto, na questão: até que ponto a polícia militar tem autonomia legal para sua reinvenção e reprodução e como essa se relaciona aos direitos fundamentais inerentes a dignidade humana?

**Palavras-chave:** Constituição Federal de 1988; Polícia Militar; Direitos Fundamentais; Dignidade Humana.



FACULDADE  
**ARI DE SÁ**